



Número: **1029402-60.2022.4.01.3400**

Classe: **PEDIDO DE BUSCA E APREENSÃO CRIMINAL**

Órgão julgador: **15ª Vara Federal Criminal da SJDF**

Última distribuição : **12/05/2022**

Valor da causa: **R\$ 0,00**

Assuntos: **Tráfico de influência**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

| Partes | | Procurador/Terceiro vinculado | |
|---|--------------------|---|--------------|
| DELEGADO DE POLICIA FEDERAL (AUTORIDADE) | | JOAO DE MORAIS MOURA (REPRESENTANTE) BRUNO CESAR CALANDRINI DE AZEVEDO MELO (REPRESENTANTE) | |
| MILTON RIBEIRO (REQUERIDO) | | FLAVIA CARDOSO CAMPOS GUTH (ADVOGADO) LUIZ CARLOS DA SILVA NETO (ADVOGADO) MATHEUS AGOSTINHO (ADVOGADO) BRUNA LUPPI LEITE MORAES (ADVOGADO) BRUNO GARCIA BORRAGINE (ADVOGADO) DANIEL LEON BIALSKI (ADVOGADO) | |
| ARILTON MOURA CORREIA (REQUERIDO) | | ALINE PADILHA MARTINS E SILVA (ADVOGADO) NARA TERUMI NISHIZAWA registrado(a) civilmente como NARA TERUMI NISHIZAWA (ADVOGADO) | |
| GILMAR SILVA DOS SANTOS (REQUERIDO) | | KELLEN SILVA BARROS (ADVOGADO) REGINALDO DE OLIVEIRA SILVA (ADVOGADO) | |
| LUCIANO DE FREITAS MUSSE (REQUERIDO) | | ZOSER PLATA BONDIM HARDMAN DE ARAUJO (ADVOGADO) | |
| MYRIAN PINHEIRO RIBEIRO (REQUERIDO) | | | |
| VICTORIA CAMACY AMORIM CORREIA BARTOLOMEU (REQUERIDO) | | | |
| AGROPECUARIA 4M LTDA (REQUERIDO) | | | |
| HELDER DIEGO DA SILVA BARTOLOMEU (REQUERIDO) | | | |
| Ministério Público Federal (Procuradoria) (FISCAL DA LEI) | | | |
| Documentos | | | |
| Id. | Data da Assinatura | Documento | Tipo |
| 10832 12336 | 23/06/2022 15:53 | Manifestação | Manifestação |

Exmo. Sr. Juiz Federal,

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL (MPF), por meio do presente membro designado para a realização da audiência de custódia, vem apresentar sua ciência sobre a decisão de cancelamento desta, bem como sobre a determinação de soltura dos presos.

Outrossim, nesta oportunidade, o MPF vem requerer que o auto circunstanciado nº 2/2022, bem como o arquivo de áudio do investigado Milton Ribeiro que aponta indício de vazamento da operação policial e possível interferência ilícita por parte do Presidente da República Jair Messias Bolsonaro nas investigações, sejam desentranhados dos autos e remetidos, de maneira apartada e sigilosa, ao Supremo Tribunal Federal, em respeito ao art. 102, I, *b*, da Constituição da República, a fim de que lá seja averiguada a possível ocorrência dos crimes de violação de sigilo funcional com dano à Administração Judiciária (art. 325, § 2º, do Código Penal) e favorecimento pessoal (art. 348 do Código Penal).

Sobre o ponto acima, registre-se também que há indícios de igual interferência na atividade investigatória da Polícia Federal quando do tratamento possivelmente privilegiado que recebeu o investigado Milton Ribeiro, o qual não foi conduzido ao Distrito Federal (não havendo sido tampouco levado a qualquer unidade penitenciária) para que pudesse ser pessoalmente interrogado pela autoridade policial que preside o inquérito policial, apesar da farta estrutura disponível à Polícia Federal para a locomoção de presos. Nesse ponto, destaque-se que a ausência de Milton Ribeiro perante a autoridade policial foi prejudicial ao livre desenvolvimento das investigações em curso, além de ferir a isonomia que deve existir no tratamento de todos os investigados.

Sem mais, requer ainda o MPF que o sigilo destes autos seja levantado somente após o desentranhamento dos documentos (inclusive áudio) que devem ser enviados em apartado ao Supremo Tribunal Federal.

Brasília, 23 de junho de 2022.

ANSELMO HENRIQUE CORDEIRO LOPES

Procurador da República

